

21 de maio de 2021

BOLETIM 14 (ANTI)SEGURANÇA

A GCM REPRIME OS MAIS
POBRES DA CIDADE

Em razão de (in)segurança: a “Cracolândia”
como laboratório da pacificação em São Paulo



BOLETIM (ANTI)SEGURANÇA N.14

Este Boletim é um projeto de pesquisa e extensão do Departamento de Relações Internacionais da EPPEN-UNIFESP Osasco

Coordenação: Acácio Augusto, professor do Departamento de Relações Internacionais da EPPEN-UNIFESP)

Vice-coordenação: Fabíola Fanti, professora visitante do Departamento de Relações Internacionais da EPPEN-UNIFESP

Pesquisa e Redação: Acácio Augusto, Ana Beatriz Luz, Augusto Gottberg, Bruna Ghirardello, Fabíola Fanti, Helena Wilke, Ivo Ferreira, João Paulo Gusmão, Júlia Tibiriçá, Mariana Janot, Matheus Marestoni, Milena Cunha, Pedro Lázaro e Thaianne Mendonça

Edição da capa e formatação: Thaianne Mendonça



EPPEN UNIFESP Osasco
Rua Oleska Winogradow, nº 100 – Sala 313 – Jd. das Flores -Osasco – SP
CEP: 06110-295
Telefone: (11) 2284-6900

Em razão de (in)segurança: a “Cracolândia” como laboratório da pacificação em São Paulo

Ao tratar de questões de segurança, é comum que a atenção esteja voltada para as “grandes ações”, geralmente envolvendo as forças armadas, como as Forças de Pacificação e operações de Garantia da Lei e da Ordem, ou programas específicos, como o programa de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Contudo, é interessante, também, analisar como estes processos ocorrem em espaços mais reduzidos e próximos do cotidiano. Na cidade de São Paulo, o maior centro de negócios da América Latina, uma série de programas de monitoramento relacionados à segurança, medidas repressivas, medidas de cuidado e ações de caráter higienista têm sido coordenados pelo governo do estado na região nomeada como “cracolândia”. E são representativos das emergências das conexões entre o local e o global, como a política de guerra às drogas, no âmbito da segurança, e de práticas mais amplas de pacificação relacionadas ao que entendemos como **democracia securitária**.

A cracolândia, chamada assim tanto no senso comum quanto por políticos e pela mídia, está localizada no bairro Santa Ifigênia, na região central da cidade de São Paulo. Lá, ficava o Terminal Rodoviário da Luz e, por ser um dos principais pontos de entrada na cidade, a região era composta por um comércio intenso e diverso de bares, hotéis e pousadas. Com a desativação do terminal rodoviário, em 1982, o comércio da região sofreu com uma crescente degradação, bem como passou

a ser ocupado por categorias classificadas como **indesejáveis**: traficantes, consumidores de drogas, moradores de rua e prostitutas.

A cracolândia é conhecida pelo **fluxo**, o intenso tráfego e consumo de drogas a céu aberto, e pela alta concentração de pessoas em situação de rua que circulam diariamente na região, mesmo durante a pandemia de Covid-19. No início dos anos 2000, a área começou a ser visada pelo poder público como zona a ser especulada com anúncios de reocupação desses espaços dentro da lógica de consumo capitalista. As primeiras tentativas do que chamam de “revitalização” desse território se deram com a instalação de equipamentos culturais, como a Sala São Paulo, e a restauração de espaços, como a Pinacoteca. Em 2005, o então prefeito José Serra (PSDB) propôs o projeto Nova Luz visando justamente a dita revitalização desse território, que incluía a desapropriação de diversos imóveis que seriam de interesse público para a construção de um *boulevard* arborizado e ciclovias, por exemplo. O projeto foi alvo de diversas críticas ao longo dos anos, principalmente por seu caráter higienista e pela pouca consulta feita àqueles que habitavam ou trabalhavam na região, sendo finalmente arquivado em 2013 durante o governo de Fernando Haddad (PT).

A principal questão que atravessa o território da cracolândia é a droga, especialmente o crack. Este é um subproduto da pasta de cocaína, com efeitos similares de euforia e prazer por um

intervalo de tempo menor. Por ser consideravelmente mais barata, a droga é utilizada por populações mais pobres, ainda que não seja restrita a esse grupo. O uso prolongado da droga, segundo alguns psiquiatras, pode fazer com que o indivíduo se torne paranoico e agressivo de modo que passa a ser considerado uma ameaça para aqueles com quem convive e também para os transeuntes da região. Para além dos efeitos negativos no corpo dos indivíduos, a questão das drogas ilícitas é um problema social construído sobre argumentos morais, com validação de discursos do saber psiquiátrico, que condenam e reprovam *a priori* o comportamento, a degradação e a improdutividade de seus usuários. Além disso, a violência do comércio varejista de drogas faz com que além do estigma de usuário e dependente (“crackudo” ou “nóia”, como costumam ser chamados) seja colocado sobre esses corpos também o estigma de criminoso em potencial.

Associado a esse discurso do usuário de drogas como ameaça, há, ainda, o discurso do usuário como aquele que necessita do cuidado. Assim, para além das pessoas que transitam cotidianamente na região, convivem com os usuários de crack os agentes do Estado, tanto assistentes sociais e agentes de saúde quanto forças de segurança. Essa convivência explicita uma importante característica do Estado: a tutela. Tutelar representa uma função do Estado que mescla ações de cuidado e repressão a fim de garantir o controle de suas populações. O “nóia” é, ao mesmo tempo, necessitado da atenção do Estado,

pois faz parte de uma população dita vulnerável e que precisa de cuidado, e um criminoso em potencial que precisa ser controlado, geralmente por agentes de segurança, pública ou privada. Assim, concomitante ao deslocamento de agentes de cuidado para a região, em alguns casos convocados a realizarem recolhimento para tratamento compulsório, são também feitas uma série de operações policiais violentas para conter, dispersar e eliminar uma população construída como ameaçadora da boa ordem da cidade.

Seguindo o que Stephen Graham chama de “novo urbanismo militar”¹, compreende-se que as cidades são espaços cada vez mais sujeitos à lógica, à gramática e às tecnologias militares. O que significa dizer, antes de mais nada, que as dinâmicas das cidades estão baseadas em um olhar sobre a alteridade que identifica sempre uma ameaça que precisa ser gerida e, no limite, eliminada. Como Agamben explicita, resgatando Foucault, nas democracias contemporâneas ainda é menos custoso governar os efeitos para uma direção útil às dinâmicas do capitalismo neoliberal do que erradicar as causas dos problemas sociais². Assim, **higienizar** o espaço da cracolândia a partir desse olhar que identifica o outro diferente como uma ameaça para que este seja útil aos investimentos da cidade é menos custoso para os governantes do que tratar das causas dos problemas na região.

Nesse sentido, há uma série de políticas e práticas **pacificadoras** que se utilizam dessa dupla característica da tutela, cuidado e controle, e que muitas vezes são articuladas por uma retórica

¹ GRAHAM, Stephen. Cidades sitiadas: novo urbanismo militar. Editora Boitempo. 2016.

² AGAMBEN, Giorgio. [Como a obsessão por segurança muda a diplomacia](#). Le Monde Diplomatique Brasil. 2014.

humanitária e progressista, tais como projetos e políticas de acolhimento, de reinserção social, de capacitação profissionalizante aliados à políticas e projetos de revitalização com empreendimentos privados, de parcerias público-privadas (PPP's), remoções, de reocupações e de operações policiais ostensivas. Movimentando essa série de práticas, há uma miríade de atores públicos, privados e organizações sem fins lucrativos que compõem um verdadeiro mercado da (in)segurança. Essa ponta humanitária e articulada com os negócios sociais caracteriza a passagem da proposta de construção de uma “Nova Luz” para o programa Braços Abertos, sempre acompanhado de brutais intervenções policiais.

Em 2020, já em meio à pandemia de Covid-19, a prefeitura de São Paulo fechou a última Unidade de Atendimento Emergencial da região, chamada Atende II³. Outras duas unidades similares que ofereciam serviços básicos como banho, refeições e pernoite para o povo de rua classificado como população da cracolândia já haviam sido fechadas em 2019. Agora, aqueles que eram auxiliados pelo programa serão levados em vans para locais mais distantes da região chamados de Serviço Integrado de Acolhimento Terapêutico (SIAT I). O SIAT é uma colaboração entre a Secretaria de Assistência Social de São Paulo com a Associação Evangélica Beneficente (AEB). De acordo com o *site* da AEB, o objetivo da casa de convivência é oferecer “atividades de elevação de escolaridade e formação para o trabalho” além de

realizar “um trabalho cuidadoso de reintegração dos frequentadores às suas famílias e à comunidade visando o resgate pleno da cidadania”⁴. É importante ressaltar que a colaboração com comunidades terapêuticas, geralmente administradas por grupos religiosos para o tratamento de dependentes, é uma prática referendada pela política nacional de drogas⁵, e alguns desses grupos já foram acusados de diversas violências contra as pessoas “acolhidas”. Ainda, o que se nota é o discurso e a prática de cuidado relacionada a ideia de acolhimento e de suposta proximidade com o usuário, de modo que a internação compulsória e a reabilitação se dê por vias *soft*, mascarando a violência da produção de uma subjetividade que não seja mais uma ameaça e sim útil às dinâmicas do capitalismo na cidade, além do discurso moral e moralizante em torno da conduta e circulação dos usuários.

Apesar do discurso de acolhimento dos programas de governo voltados para a região, o que se vê, mesmo durante a pandemia de Covid-19, é a recorrência de operações policiais ostensivas que visam sufocar o fluxo de modo que saiam da região e que, na prática, funciona como uma gestão violenta do território. Ainda, entre março e julho de 2020, houve um aumento de 113% de apreensão de drogas quando comparada ao mesmo período do ano passado, bem como uma alta de 40% no número de prisões por suspeita de tráfico ocorridos na

³ [Prefeitura vai fechar serviço para população de rua na cracolândia](#). UOL. 06/04/2020.

⁴ Para mais informações sobre a atuação da organização, ver [Associação Evangélica Beneficente](#)

⁵ [Nova política de drogas exclui redução de danos](#). Folha de S. Paulo. 12/04/2019.

região, quando este número caiu 16% no estado⁶. As ações policiais na região costumam contar com o uso intenso de bombas de gás lacrimogênio, com o intuito de dispersar a concentração do fluxo para ruas vizinhas. Além das bombas de gás, outros aparatos classificados como menos letais ou ditos não-letais são utilizados nessas intervenções, causando lesões e complicações de saúde nas pessoas-alvo que, se não matam de forma imediata, podem evoluir para graves complicações de saúde e a óbito.

Junto à violência policial, há ainda um outro tipo de violência que não cessou mesmo durante a pandemia: as remoções. Já em 2021, em março, no pior período da pandemia até o momento, a prefeitura de São Paulo previu a remoção de 400 famílias de imóveis da região para fins de revitalização e construção de moradias populares, tal como consta na legislação municipal. A grande maioria dessas famílias ainda não estava cadastrada nos sistemas de auxílio realizado em 2017, como o auxílio-aluguel, de irrisórios R\$400,00. A decisão de remoção foi suspensa por pedido da Defensoria Pública de São Paulo, considerando a atual pandemia. Ressalta-se ainda que a área é de grande interesse para o setor imobiliário e de empresas como a Porto Seguro, que tem empreendimentos na região, bem como já trabalhou em parceria com a cidade para a reforma de uma praça no bairro, além de manter uma tropa de seguranças privados que protegem suas prioridades como o teatro da seguradora na região.

No fim, pode-se compreender a cracolândia como um laboratório da pacificação do Estado. **Em razão de** (in)segurança, todo um aparato de ações violentas, ora envernizadas com o discurso de cuidado ora claramente expostas, é mobilizado para o controle de corpos construídos ao mesmo tempo como ameaças e como vulneráveis, vítimas da dinâmica que se chama comumente de “guerra às drogas” e do proibicionismo. E o fim último de tais ações nunca é trazer a paz para determinado território, como se a utopia da paz perpétua fosse realmente possível. É justamente sobre essa dinâmica da tutela do cotidiano em nome da segurança, desse outro que precisa ser cuidado e controlado, que se sustentam as democracias securitárias contemporâneas.

⁶ [Polícia Civil e GCM fazem operação contra o tráfico de drogas na cracolândia, centro de São Paulo](#). G1. 22/09/2020